COMANDO GERAL DOS SARGENTOS SOLIDÁRIO COM OS MARINHEIROS

POLÍTICA OPERÁRIA

ANO III · São Paulo, 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 1964 · Nº 10

Agrava-se a crise causada pela prisão dos diretores da Associação dos Marinheiros — Ministro pretende fechar a Associação — Apêlo à solidariedade dos operários

(Pág. central)

Nos super-mercados, nas feiras, nos armazéns, é onde a população sente mais duramente os efeitos da alta do custo da vida. Através desta se evidencia a exploração brutal a que as massas trabalhadores brasileiras estão sendo submetidas.

(Pág. central)

As comunas populares foram a contribuição mais original que o socialismo chinês trouxe à experiência do proletariado mundial. A. Capita, que vem de passar dois meses na China, conta-nos em que consiste êsse magnífico empreendimento.

Leia na última página

Neste número:

As eleições de abril no Chile (Pág. 6)

As lutas de classe e as Fôrças Armadas (Pág. 6)

Cruz das Almas: retrato de uma sociedade de exploração (Pág. 3)

Reação mostra que Govêrno dos Trabalhadores é a solução (Pág. 3)

A Semana Popular em Defesa do Minério, que se realizou em Belo Horizonte, de 13 a 18 do último, alcançou grande êxito e se constituiu em importante fator de mobilização das massas contra a pilhagem a que as emprêsas imperialistas, como a Ihanna e a Dema, submetem o país. "Minério não dá duas safras" — esta frase está hoje gravada na consciência popular com letras de fogo.

A Semana foi patrocinada pelos sindicatos operários e as entidades estudantis de Belo Horizonte, em colaboração com o Grupo Popular do Minério. Sua característica fundamental foi a de se haver dirigido às massas trabalhadoras, que responderam ao apêlo com entusiasmo e determinação, numa demonstração de que são elas, de fato, que podem garantir a liquidação definitiva do jugo imperialista.

Cr$ 30

NOVA CRISE NA PETROBRÁS LEVANTA PROBLEMA DA CO-GESTÃO OPERÁRIA

(Pág. central)

O QUE É PRECISO SABER SÔBRE A CAPITULAÇÃO DE B. HORIZONTE

(Pág. 2)

CUTAL: Trabalhadores condenam imperialismo e discutem Central Latino-Americana

BRASILIA — Instalou-se, no dia 24 último, o I Congresso Unitário dos Trabalhadores da América Latina. As sessões, que se realizaram inicialmente no Sindicato dos Bancários, sendo depois transferidas para o Hotel Nacional, contam com 328 delegados, representando cêrca de 30 milhões de trabalhadores e 16 países da América Latina. Encontram-se, também, presentes delegações fraternais da França, Itália, Tchecoslováquia, Portugal, União Soviética e Iugoslávia. As delegações da China, Coréia e Vietnam, que eram esperadas, atrasaram-se em caminho.

Panamá

O Congresso foi aberto pelo delegado brasileiro Dante Pelacane falando em nome da CNTI, falando também o deputado Almino Afonso, pela Frente de Mobilização Popular, e representantes dos trabalhadores de Brasília, Cuba e Venezuela. A secretaria do Comitê organizador do Congresso apresentou, para discussão, o seu informe.

A sessão inaugural foi marcada pela proposta de pedido de silêncio em homenagem aos mártires do Panamá, unânimemente aprovadas. O Panamá predominou, de resto, na primeira sessão do Congresso, suscitando várias manifetações de solidariedade.

O presidente da Central dos Trabalhadores do Panamá, Domingos Barría, tomando a palavra, frisou "a necessidade de uma luta mais conseqüente, a fim de possibilitar não apenas a expulsão dos ianques, mas para assestar um golpe mortal no imperialismo, destruindo sua bases de treinamento de gorilas para os exércitos de tôda a América Latina".

Antiimperialismo e socialismo

Falando em nome dos trabalhadores da primeira República Socialista da América Latina, o representante cubano, Lázaro Peña, declarou:

—"Cuba constrói a sociedade socialista para que amanhã possamos viver sob o comunismo".

— "Destruímos a fatalidade geográfica nas barbas do imperialismo e instalamos o socialismo" — proclamou Peña, acrescentando: — "Se Cuba foi capaz de fazer a Revolução, todos os povos que quiserem também a farão".

O problema da Central

O ponto fundamental que o Congresso deveria abordar seria o da criação de uma Central dos Trabalhadores Latino-americanos. A esta altura, entretanto, já se tornou claro que a Central não será criada, pelo menos desta vez. O problema continua, porém, de pé e cogita-se de uma medida que poderá encaminhar sua solução. Trata-se de declarar o Congresso reunido em caráter permanente, ficando seu secretariado autorizado a adotar as providências necessárias à criação da Central.

Uma das razões fundamentais alegadas para a não-criação da Central é a situação específica dos sindicatos brasileiros, que não dispõem ainda de uma central nacional. É evidente, porém, que se encontram implicadas aí questões políticas de maior alcance.

Trabalhadores paulistas defendem Cuba

O Comitê de Solidariedade à Revolução Cubana de São Paulo, está coletando milhares de assinaturas de operários e camponêses, apostas em manifesto a ser enviado ao Presidente da República. O documento demonstra a preocupação dos trabalhadores quanto às "atuais ocorrências no seio da OEA, que vêm colocando em perigo as boas e normais relações de nosso país com a República de Cuba". Em seguida, exprime o apôio "à manutenção e ampliação de relações diplomáticas, culturais e comerciais" com aquêle país e finaliza manifestando sua oposição ao Tratado do Rio de Janeiro "por ser contrário aos conceitos de independência nacional de nosso povo e atentatório aos nosso interêsses e aos interêsses dos países irmãos da América Latina".

UNE propõe extinção do vestibular e da cátedra vitalícia

No projeto de Emenda Constitucional e no substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases — que a União Nacional dos Estudantes vai apresentar ao Congresso Nacional em março, em meio a intensa campanha popular pela Reforma Universitária — são levantados quatro pontos principais: cátedra vitalícia, vestibular, verbas, participação dos alunos na direção das Universidades.

Segundo o projeto, o regime de vitaliciedade de cátedra seria substituído pelo de **carreira de professor**. A principal novidade seria a **aferição periódica** das capacidades do professor. A programação da matéria não seria elaborada apenas pelo catedrático, mas pelo Departamento da seção respectiva. Advoga ainda a UNE a **extinção do vestibular**; apenas, quando necessários, seriam realizados exames de classificação, não eliminatórios. Determina também o projeto que cada Universidade terá de apresentar ao Tribunal de Contas da União o orçamento que programar e, após o fim do exercício financeiro, prestar contas da destinação das verbas recebidas. Finalmente, o projeto repõe na ordem do dia uma velha questão do movimento pró-Reforma Universitária: a participação de, pelo menos, um têrço de alunos nos órgãos colegiados das Universidades e Faculdades.

POLITICA OPERÁRIA apresentará, em breve, um exame mais aprofundado da iniciativa da UNE, que de fato se presta, já no começo do ano letivo, a uma vasta mobilização do meio estudantil.

DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Prossegue em São Paulo a campanha da escola pública, que desta vez se dirige contra os comerciantes do ensino, que pretendem aumentar as anuidades escolares em 100, 200 e 300%, e contra a Secretaria da Educação do Estado, que mandou suprimir 40% das vagas dos estabelecimentos oficiais, para que as escolas particulares possam ter alunos. Passeatas de protesto, organizadas pela APENOESP, UPES e Sindicatos de Trabalhadores, com o apoio dos universitários, têm sido realizadas em vários pontos da cidade, em especial na Zona Norte. Semanalmente, pontos da campanha são discutidas na APENOESP, entidade que julga que o Ministério da Educação deve encampar as escolas que abusarem na cobrança das taxas.

VESTIBULAR É BOM NEGÓCIO

RIO — A extinção do vestibular, levantada pela UNE, vai atingir muita gente boa. Diz o no caso insuspeito «Jornal do Brasil» (19-1-64) que os cursinhos já estão cobrando 15 a 20 mil cruzeiros mensais. Por outro lado, o material didático sofre aumentos diários. Livros importados custam cada vez mais caro, por causa da desvalorização da moeda. Conclui o JB: de cada 100 alunos do primário, 16 matriculam-se no curso médio; de cada 100 ginasianos, 30 atingem o segundo ciclo; de cada 100 colegiais, 4 conseguem entrar na Universidade. Resultado: no Brasil há 4 médicos, para cada 10.000 habitantes.

REFORMA NO NORTE E NORDESTE

A União Brasileira de Estudantes Secundários promoveu êste mês, em Belém do Pará, O I Encontro Regional de Reforma Educacional das Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ao ato público que encerrou a reunião, que faz parte de uma série de medidas da UBES para descentralizar o movimento secundarista, compareceram várias centenas de estudantes e pessoas, entre estudantes, operários e até camponêses, que se locomoveram de grandes distâncias para prestigiar mais essa manifestação concreta da aliança operário-estudantil-camponêsa.

POLÍTICA OPERÁRIA

Praça da Sé, 158 — salas 507/9
São Paulo — SP

Diretor-Responsável: Rui Mauro Marini

SUCURSAIS:

Rio, GB — Av. Almirante Barroso, 6 — sala 1 101

B. Horizonte, MG — Ed. Lavalle, sala 1 012 — R. Curitiba

Brasília, DF — Edifício Ceará, sala 408

CORRESPONDENTES:

Salvador, BA — Evandro G. de Brito
R. Cipriano Barata, 71 — Apto. 201

O que é preciso saber sôbre a capitulação de Belo Horizonte

Os trabalhadores da América Latina não puderam realizar seu Congresso em Belo Horizonte, nos dias 24 a 28 de janeiro. Êste é um fato nôvo na vida política do nosso país, que demonstra uma radicalização sem precedentes. Para esclarecer melhor à opinião pública e, principalmente, a classe operária, a mais interessada nos acontecimento, narramos todos os fatos significativos, que culminaram com a transferência para Brasília do Congresso dos trabalhadores latino-americanos.

1. O QUE É O CONGRESSO (CUTAL)?

É um Congresso de Trabalhadores, para tratar de todos os problemas da classe e conseqüentemente, de problemas dos países da América Latina. Dêle participam, como delegados, com direito a voz e voto, as delegações operárias dos países latino-americanos com direito a voz, mas sem direito a voto, as delegações convidadas de outros países.

O objetivo básico do Congresso é conseguir a unidade dos operários latino-americanos para um programa de luta comum, baseado nos interêsses da classe, onde se ressaltaria a necessidade da defesa da Revolução cubana, a maior conquista dos operários do Continente.

2. É UM CONGRESSO COMUNISTA?

Como ficou colocado, é um congresso de trabalhadores, representados por suas organizações nacionais. Não é, portanto, um congresso comunista. Dêle participam organizações e trabalhadores não comunistas. Mas é natural, e até mesmo necessário, que dêle participem operários comunistas. É normal que haja operários comunistas. O que não é normal é que haja operários eternamente conformados com a exploração capitalista.

3. COMO FOI PROGRAMADO O CONGRESSO?

Os organizadores em Belo Horizonte conseguiram a permissão do governador Magalhães Pinto para a realização do Congresso. Pensaram que isso lhes bastaria. Não fizeram a propaganda do Congresso como se fazia necessário para um acontecimento de tamanha importância, alegando que não convinha desviar a atenção da Semana de Defesa do Minério (realizada, em Belo Horizonte entre 13 e 18 de janeiro). Só se preocuparam com a organização do mesmo uma semana antes de sua instalação. Diziam: «Não podemos despertar a reação». Aos operários mineiros, não se comunicou a realização do Congresso. Os organizadores pensavam não precisar da classe operária, pois tinham o apoio do Governador.

4. PORQUE O CONGRESSO NÃO PÔDE SER REALIZADO?

Os organizadores caíram no mais grave dos erros. Ao invés de se apoiar na classe operária organizada, e nos trabalhadores em geral, sustentáculo natural da luta dos trabalhadores, foram apoiar-se num pretenso aliado, o banqueiro e governador Magalhães Pinto. Êsse êrro provém da formação REFORMISTA e OPORTUNISTA da cúpula política e sindical, responsável pela realização do Congresso. Deixaram de confiar no operariado para confiar num banqueiro, inimigo da classe do operariado.

5. COMO AGIRAM AS VÁRIAS FÔRÇAS?

a) O Governador permitiu o Congresso porque tem interêsses políticos, particularmente eleitorais. Quer ser candidato das fôrças populares, em 65, e para isso pretende conquistar estas fôrças. Quer aparecer como o anti-Lacerda. Mas quando a reação escudada na Igreja, pôs os dentes para fora, recuou;

b) O Prefeito Jorge Caroni apoiou ostensivamente as manifestações da direita, liderando a passeata ao Palácio da Liberdade, procurando assim o beneplácito de Lacerda à sua candidatura ao govêrno do Estado;

c) O Partido Comunista Brasileiro, representado por sua cúpula em Minas, foi o principal responsável pela transferência do Congresso, porque foi quem inspirou tôda a tática política posta em prática na preparação do Congresso. Cometeu sério êrro ao impedir a procura de um apoio operário para o Congresso, trocando êsse apoio pelo do Governador. Quando o Governador recuou, o Congresso ficou à mercê da reação;

d) Representantes da Ação Popular tiveram posição mais radical. Queriam que o Congresso se realizasse em Belo Horizonte, apesar da reação. Note-se que a grande instrumento usado pela reação foi o telegrama do Arcebispo de Belo Horizonte ao Governador, condenando o Congresso;

e) A POLOP, setores do PCB e da AP sustentavam a posição de apoiar o Congresso na classe operária, através da mobilização desta nos sindicatos, nas fábricas, nos bairros e favelas.

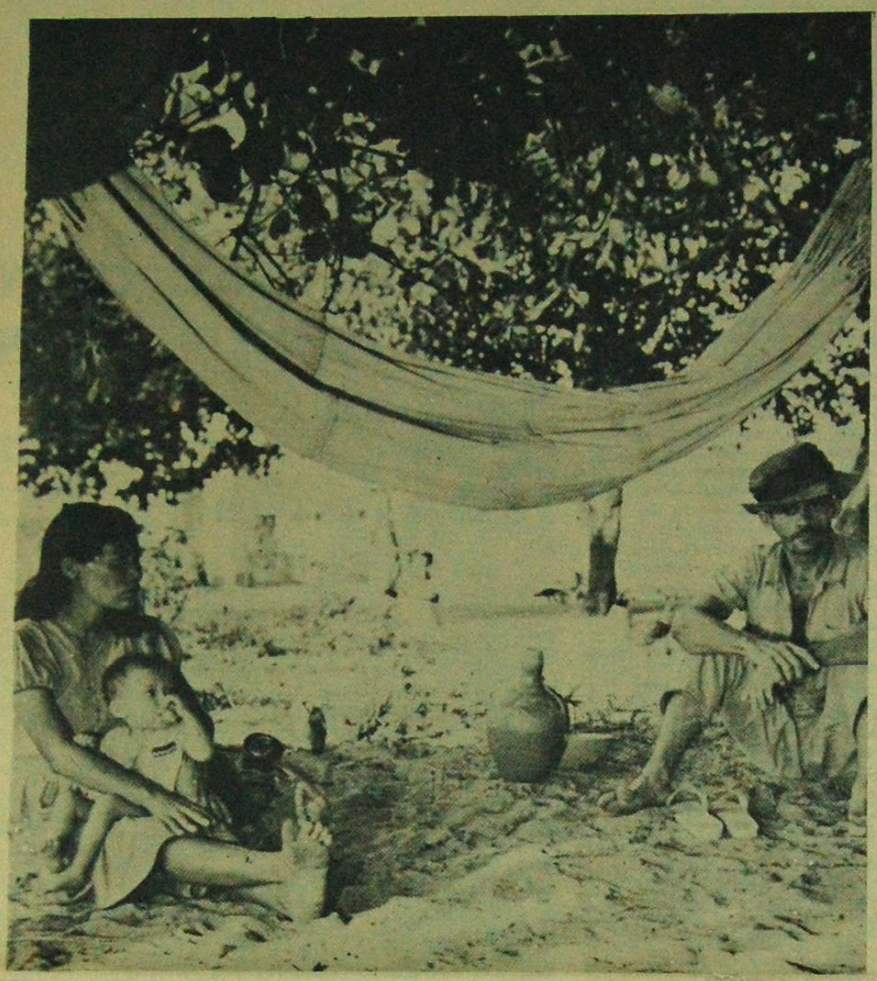
6. POR QUE A REAÇÃO PÔS A CABEÇA DE FORA?

Há uma classe média radicalizando-se para a direita. Por que? O Govêrno que aí está, incapaz de resolver os problemas mais prementes do país, é por ela considerado um govêrno de esquerda, ou o único que a esquerda é capaz de dar. A tal govêrno, ela se opõe. A oposição de direita capitaliza a seu favor êsse descontentamento da classe. Apesar disso, a direita não tem prestígio para mobilizá-la em luta de rua. Mas soube aproveitar o prestígio da Igreja Católica, mobilizando a massa em nome do manifesto do Arcebispo. Os promotores da agitação contra o Congresso foram os lacerdistas e o PRP sob a capa da proteção da Igreja.

7. QUE CUMPRE FAZER?

Antes de tudo, mostrar até onde nos levarão os erros dos reformistas. Seu oportunismo está a amarrar a classe operária à sua inimiga de classe: a burguesia. Sua covardia, inconsciência e falta de disposição revolucionária estão a levá-los à capitulação, arrastando atrás de si a classe operária. Não fôra isto, e a classe operária teria vencido mais esta luta, realizando o Congresso em Belo Horizonte. No momento em que o Arcebispo, temendo um choque entre esquerda e direita, recuou, pedindo «moderação», a classe operária, se estivesse organizada e preparada para a luta, teria esmagado a reação, desbaratando os gorilas.

Venceremos a reação, de uma vez por tôdas, quando orientarmos nossa luta no sentido de nos apoiarmos em nossas próprias fôrças, organizando as massas numa Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, para a conquista de um govêrno de trabalhadores.



CRUZ DAS ALMAS:

RETRATO DE UMA SOCIEDADE DE EXPLORAÇÃO

SALVADOR — O município de Cruz das Almas, situado na região fumageira do Recôncavo baiano, é um perfeito exemplo da situação de miséria e opressão em que vivem as massas do campo. Contando com área agricultável superior a 100 quilômetros quadrados, dispõe de tôdas as condições necessárias para um alto nível de desenvolvimento econômico. O que se observa, porém, ali, é a concentração cada vez mais acentuada da riqueza em mãos da classe latifundiária, em detrimento das demais camadas que compõem a população.

O instrumento de que se serve o senhor de terras para impedir o progresso dos pequenos cultivadores de fumo — cultura predominante na região — é dos mais simples: reserva a maior parte de suas terras para a plantação de laranjas e pastagens de gado, forçando os fumicultores a permanecerem em suas pequenas propriedades. Instala, por outro lado, armazéns de compra e exportação de fumo, convertendo-se em intermediário entre o pequeno produtor e o mercado consumidor.

Além disso, a preocupação maior do latifundiário é obstar a criação de cooperativas, que encaminhem a estrutura minifundiária por êle engendrada para uma etapa superior de produção.

TRÊS CLASSES

Êste tipo de organização econômica que descrevemos, em que o latifúndio gera necessàriamente o minifúndio, é responsável pela existência de três classes exploradas em Cruz das Almas. A primeira é constituída pelos camponeses minifundiários, cuja situação de penúria é cada vez mais acentuada. Isto porque o camponês é obrigado a endividar-se para plantar fumo, sendo o resgate da dívida feito *in natura*. Mancomunados entre êl, os donos de armazém controlam separadamente determinado número de camponeses, de tal forma que êstes só podem vender a um só comprador, sob pena de ver encalhar a produção e não encontrar quem lhes financie a compra de víveres e sementes.

A segunda classe explorada, em Cruz das Almas, é a dos assalariados, cujo salário diário dificilmente excede de 300 cruzeiros, e que trabalham nas piores condições possíveis.

Citemos, finalmente, os operários, que trabalham em armazéns de beneficiamento de fumo, e não percebem, em sua maioria, nem o salário mínimo, pois os empregadores forçam a baixa de seus salários admitindo mulheres e crianças.

As operárias em beneficiamento de fumo proporcionam um dos quadros mais tristes que se possa assistir. Sentadas no chão, trabalham ininterruptamente de dez a doze horas por dia, sem o direito siquer de satisfazer suas necessidades fisiológicas durante o serviço. Possuem o característico odor da nicotixa tóxica e, além da exploração que sofrem no trabalho, têm de submeter-se também, para conservar o emprêgo, à insaciável avidez de sexo do empregador ou de seus filhos.

Dêsse quadro brutal de exploração do trabalho humano, decorrem índices elevados de atraso e de miséria. A mortalidade infantil atinge a 340 de cada 1.000 crianças que nascem. 65% da população do município são constituídos de analfabetos.

ARREGIMENTAÇÃO E LUTA

Movidos pelo irresistível desejo de superar essa situação, as massas exploradas de Cruz das Almas vêm-se arregimentando progressivamente. Surgiram, assim, a associações de classe, cujas metas principais são a proteção ao trabalho, assistência médica, alfabetização e politização. Destacam-se, entre elas, a União dos Trabalhadores de Cruz das Almas, a Associação dos Trabalhadores Agrícolas da Escola Agronômica, a Associação Beneficente de Mães Pobres, o Sindicato dos Trabalhadores do Fumo.

Ao movimento das massas associam-se os estudantes da Escola Agronômica de Cruz das Almas. Enquanto, nos fins de semana, os filhos de papai rico vão-se divertir em Soterópolis, os estudantes da Escola Agronômica, organizados em «brigadas revolucionárias», partem para o campo, lugarejos e vilas próximas, a fim de transmitir às massas exploradas o saber que uma estrutura social de privilégios quis reservar sòmente a êles. É a maneira prática que encontram de fazer avançar a aliança operário-estudantil-camponesa, base social das transformações revolucionárias que atingirão um dia a sociedade brasileira.

Reação mostra os dentes e deixa claro que Govêrno dos Trabalhadores é a solução

A acusação recém-formulada pelo presidente da UDN, Sr. Bilac Pinto, de que o Govêrno estaria armando os sindicatos rurais e da orla marítima, está dando margem a grande exploração. Exploração que se estende à denúncia feita pelo govêrno do Rio Grande do Sul, relativa a um movimento insurrecional que estaria sendo preparado pelo Sr. Leonel Brizola. A insistência com que a reação levanta êstes temas, e o estardalhaço que realiza em tôrno dêles, merecem uma explicação.

INSURREIÇÃO FARDADA

Não é necessário mostrar o absurdo das acusações do Sr. Bilac Pinto e Ildo Meneghetti. Êle salta aos olhos. No caso do Rio Grande do Sul, uma das provas mais evidentes que se apresentavam sôbre o pretenso movimento revolucionário era o desaparecimento de fardamentos da Brigada Militar. Fardamentos, note-se bem, e não armamentos. Estaria, por acaso o Sr Brizola preparando não uma insurreição armada, mas uma insurreição fardada?

A denúncia da UDN, por sua vez, raia ao ridículo. Misturando Che Guevara, Mao Tse Tung e autores menos recomendáveis, o Sr. Bilac Pinto apresenta à nação tôda uma série de etapas de subversão, constantes do plano revolucionário do Govêrno. As provas, naturalmente, não existem. O Sr. Bilac Pinto limita-se a falar em «provas circunstanciais»...

Para o homem do povo, o que caracteriza essa agitação reacionária é uma falta total de seriedade. Lê os jornais, ouve o rádio, e dá de ombros. Seu bom senso o adverte de que sòmente na imaginação do Sr. Bilac Pinto êste Govêrno burguês-latifundiário se atreveria a armar os operários e os camponeses. Cuba lhe ensinou que há, de fato, governos que fazem isso. Mas são aquêles governos que representam o proletariado no poder.

PORTA ARROMBADA?

E, entretanto, há um aspecto das declarações do Sr. Bilac Pinto que merece atenção. É seu apêlo para que a reação se arme para enfrentar a subversão da ordem que êle anuncia. A desfaçatez com que um presidente de partido político e deputado federal conclama à guerra civil é de pasmar. Mais surpreendente ainda é a passividade, e mesmo a cumplicidade, com que a imprensa burguesa acolhe êsse apêlo e as expressões respeitosas com que o Conselho de Segurança Nacional refere-se a êsse reacionário desordeiro. Fica-se a imaginar a atitude que teriam, a imprensa e o CSN, se se tratasse, não do Sr. Bilac Pinto, mas de um dirigente sindical ou de um parlamentar como o Sr. Brizola...

O que há de nôvo, porém, nesse chamamento da reação às armas? Ninguém ignora, no país, que há muito a reação vem-se armando. Os preparativos guerreiros do MAC, dos Vigilantes do Brasil, do IBAD, dos latifundiários do Nordeste, Minas e São Paulo são conhecidos não só do povo, mas do Govêrno. Como se sabe também da participação que têm nisso os Srs. Carlos Lacerda e Ademar de Barros, assim como a Embaixada norte-americana.

Poder-se-ia crer, assim, que o Sr. Bilac Pinto estaria forçando uma porta arrombada. Mas isto não se dá. Porque as declarações do presidente da UDN visaram muito menos ao armamento da reação civil, que à mobilização da reação militar. Colocada, pela burguesia industrial, diante da opção reformista, a reação quer evitá-la partindo para o golpe de fôrça, para a violência fascista contra os movimentos de massa. Por esta razão, na semana passada, enquanto o Sr. Bilac Pinto reagia contra os sindicatos operários e rurais, o Sr. Lacerda preparava o seu Serviço de Atividades Anti-extremistas (no que foi forçado a recuar pela mobilização popular que suscitou) e a facção do Almirante Silvio Heck levava o Ministro da Marinha a agredir a Associação de Marinheiros e Fuzileiros, prendendo seus diretores.

VITÓRIA DE PIRRO

Tôdas essas provocações têm uma razão de ser: a nova arremetida reformista do Sr. João Goulart, concretizada no decreto de regulamentação das remessas de lucros, no anunciado decreto da SUPRA e no chamado Plano San Tiago Dantas. A reação arreganha os dentes, para assustar o Sr. João Goulart. E, forjando conspirações, procura galvanizar as Fôrças Armadas, a fim de levá-las a agir. É possível que atinja um de seus objetivos: forçar, mais uma vez, o recuo do Sr. Goulart. Mas será uma vitória de Pirro.

Pois o que a reação está evidenciando, neste momento, é que, perante qualquer reforma burguesa um pouco mais ousada, responderá com a violência e a luta armada. Mais do que isso: voltará essa violência contra o movimento operário organizado, contra as entidades camponesas, contra as associações dos sargentos, cabos e soldados.

A LIÇÃO

A lição que o movimento de massas tem a tirar disto tudo é, pois, muito clara. Confiar em que o atual Govêrno tenha condições para realizar qualquer reforma mais profunda, que aproveite de fato às grandes massas, é admitir que êle esteja disposto a mover à reação uma guerra sem quartel. E para isto seria necessário que não se apoiasse nas fôrças em que se apóia, e que não tivesse à frente um homem como o Sr. João Goulart.

As reformas, para serem realizadas, exigem um govêrno apoiado nas massas organizadas e armadas. Um Govêrno Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Isto é o que está mostrando, claramente, de um lado, as hesitações e compromissos do Sr. João Goulart; de outro, as manifestações históricas de uma reação enraivecida.

Reformismo e Fascismo

Os acontecimentos de Belo Horizonte, que culminaram com a transferência do I Congresso Unitário dos Trabalhadores da América Latina para Brasília, merecem profunda reflexão. Sua importância maior não está apenas na derrota que representaram para a esquerda. Mas nas circunstâncias especiais de que se revestiu esta derrota.

Pela primeira vez, desde os dias agitados de 1954, a direita conseguiu mobilizar massa para enfrentar a esquerda. Esta, a grande significação do que ocorreu em Belo Horizonte, na semana passada. E a direita o fêz, abertamente, para barrar uma manifestação do movimento operário organizado. A transferência do CUTAL para Brasília não representa, pois, sòmente uma jornada infeliz do sindicalismo brasileiro. Nas condições em que se deu, ela coloca, concretamente, a ameaça do fascismo.

Fale-se muito, e há já algum tempo, de fascismo no Brasil. Mas o fascismo não tem passado, entre nós, de tendência embrionária, que constitui mais uma sombra no futuro que uma realidade imediata a enfrentar. Lacerda é, por exemplo, um líder fascista, mas apenas potencialmente. Porque lhe faltou até hoje o movimento fascista efetivo, isto é, a base de massa necessária para sustentar seus projetos fascistizantes.

O que caracteriza, fundamentalmente, o fascismo é a mobilização da pequena burguesia contra a classe operária. Nos momentos em que a atuação desta aparece como ameaça à manutenção da dominação da burguesia, torna-se necessário para a classe dominante destruir a organização política e sindical do proletariado. A burguesia precisa, para isto, apoiar-se nas massas não operárias, pequeno-burguesas, e utilizá-las como massa de choque contra o movimento operário organizado. Esta é a essência do fascismo.

E é por isto que a manifestação anti-CUTAL de Belo Horizonte foi tipicamente fascista. E' inútil tentarmos nos iludir quanto ao que se passou ali. Não imitemos a reação, que, perante qualquer ação de massa, põe-se a bradar contra as «minorias extremistas». O que se viu, em Belo Horizonte, foi realmente uma manifestação de massa. O que se viu foram massas enraivecidas da pequena burguesia, açuladas pela direita e pelos padres, sair às ruas para impedir a realização do CUTAL.

A constatação dêste fato impõe que nos interroguemos quanto às suas causas. E a resposta está nas condições objetivas do país e na orientação política que tem sido dada à classe operária. Com efeito, a pequena burguesia é classe intermediária na sociedade e, como tal, destituída de perspectiva política própria. Quando se dá um processo de radicalização, com base no aguçamento das contradições entre a burguesia e a classe operária, a pequena burguesia forma ao lado de uma ou de outra dessas duas classes, mas é incapaz de desenvolver uma política independente.

Foi o que se verificou entre nós, nos três últimos anos. A radicalização política que engendraram os sacrifícios impostos pela inflação atingiu, também, a pequena burguesia, atraindo a maior parte de seus setores para a esquerda, para o lado da classe operária.

Para que a classe operária possa, entretanto, conservar sua liderança sôbre a pequena burguesia, é necessário que ela abra, realmente, uma perspectiva de solução para os problemas que a pequena burguesia enfrenta, e que são responsáveis por sua adesão à classe operária. Se a pequena burguesia, proletarizada pela inflação, confia na classe operária para que esta resolva os problemas de alimentação, moradia, educação dos filhos, que a esmagam, é necessário que a classe operária seja capaz de lhe apresentar uma fórmula social capaz de solucionar êsses problemas. Se isto não se dá, se a classe operária não cumpre seu papel, a pequena burguesia tona-se presa fácil de qualquer outra fôrça política que lhe acene com a promessa de melhores dias. Vale dizer que, quando a esquerda, como direção política da classe operária, falha à sua missão junto à pequena burguesia, entrega-a necessàriamente à direita.

E' o que se está passando no Brasil. As direções reformistas da esquerda, que detêm ainda o contrôle do movimento de massa, têm-se mostrado incapazes de proporcionar às massas — tanto operárias como pequeno-burguesas — uma perspectiva de solução concreta para a alta do custo de vida, para a espoliação imperialista, para a questão agrária, e tantos outros problemas que afligem os trabalhadores brasileiros. As composições e compromissos da esquerda reformista com o govêrno burguês têm ido de fracasso em fracasso. Lembremos, tão sòmente, o movimento pela legalidade, de 1961, frustrado com o parlamentarismo; e a campanha pelo plebiscito, de 1962, que conduziu ao presidencialismo, cujo primeiro ano viu dobrar o ritmo inflacionário.

Desde junho do ano passado, a posição da pequena burguesia começa a mudar. O fenômeno tornou-se, sobretudo, evidente na Guanabara, com o crescimento de Lacerda. Mas não se restringiu sòmente àquele Estado.

Esta mudança da pequena burguesia traduz-se, num primeiro momento, pela apatia, pela frustração, pelo desânimo. Mas é sôbre esta base que a direita vai trabalhar para pôr de pé as massas pequeno-burguesas e jogá-las contra a classe operária. Culpar as reivindicações salariais pela alta do custo de vida, apresentar as greves como baderna, intensificar a campanha anticomunista — todos os meios são utilizados pela direita. Os erros que cometem diàriamente as direções reformistas facilitam a sua tarefa.

A política dos reformistas não contribui, assim, sòmente para amortecer o espírito de luta da classe operária e atrelá-la ao carro da burguesia. Ela afasta da classe operária as fôrças auxiliares de que necessita para enfrentar a burguesia. Pior do que isso: ela joga essas fôrças nos braços da burguesia, e permite que os setores mais reacionários desta se valham de tais fôrças para combater a classe operária.

E' por esta razão que a manifestação fascista de Belo Horizonte deriva, em linha reta, da política reformista. E' evidente que os reformistas não querem o fascismo. Mas estão criando, com seus erros, as condições para a escenção de um formidável movimento fascista no Brasil.

Êste movimento apenas se esboça. Há tempo, ainda, para detê-lo. Há tempo para recuperar as posições perdidas junto à pequena burguesia, atraí-la de nôvo para o lado da classe operária, ligar a ambas as classes exploradas do campo e dar, assim, o sinal de partida para a liquidação dos fatôres responsáveis pela atual crise brasileira.

Mas, para que isto se dê, é necessário uma pá de cal nas ilusões e nos métodos reformistas. E' preciso deixar de ter receio de assustar a burguesia. Assustada, a burguesia está há muito tempo. Para que a burguesia não se atreva a aliviar-se de seu susto atacando o movimento operário organizado é mistér retirar-lhe as condições que lhe permitiriam fazê-lo. Em outras palavras, é mistér impedir que ela venha a contar com a base de massa que o fascismo lhe daria para isso.

Tudo se resume, afinal, para a burguesia, numa questão de relações de fôrça. Um movimento fascista poderoso contará necessàriamente com sua adesão. Mas se a alternativa fôr um movimento de esquerda capaz de se impor no conjunto das fôrças políticas, a burguesia não terá como resistir-lhe. Por intermédio de uma política revolucionária, com base numa Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, a esquerda se converteria na grande fôrça política do país, capaz de esmagar no nascedouro a ameaça fascista e guiar as massas para a tomada do poder. A burguesia não restaria outra alternativa senão a de submeter-se a êsse nôvo poder.

Uma frente de classe, que realize uma política de classe — é a única alternativa de que a esquerda dispõe para impedir que tome corpo a ameaça esboçada em Belo Horizonte.

Custo da vida:

NA EXPANSÃO OU NA CRISE QUEM PAGA É O OPERÁRIO

Os dizeres de cartas — "exigimos contenção do custo de vida" — constituem a grande reivindicação das massas urbanas, nos dias que correm.

Reportagem de EDER S. SADER

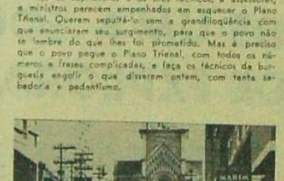
Não há dúvida que o trabalhador está pagando caro pelo desenvolvimento industrial que está produzindo. Basta dizer que, para o que uma nota de Cr$ 100,00 comprava em 1953, são precisos hoje Cr$ 2.030,00. Superando todos os números passados, a alta do custo de vida ultrapassou, em 1963, a casa dos 80%. O Departamento Interindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) calcula em 86,7% o aumento em São Paulo, os dados para a Guanabara estimam em cêrca de 81%.

Por outro lado, a crise econômica engendrada pelo regime capitalista, fêz com que a taxa de crescimento econômico baixasse para 2,9%. E êsse número é importante porque, sabendo que a população cresceu o ano passado por volta de 3,3%, verificamos que o **aumento de riquezas produzidas foi menor que o aumento da população,** o que significará mais bocas sem alimento, mais famílias sem teto, etc.

Lembremos que entre 1957 e 1961 a taxa anual de crescimento foi de 7%, com um crescimento demográfico por volta de 3,1%. Isto quer dizer que, naquela fase de desenvolvimento, as riquezas nacionais aumentaram mais que a população, aumentou a renda per capita. Mas, como todos nós sentimos, o aproveitamento dessas riquezas foi escandalosamente desigual. Nesta sociedade dividida em proprietários e trabalhadores, mesmo quando há prosperidade, os trabalhadores não desfrutam metade do que desfrutam os que vivem do trabalho alheio. Aliás, as próprias estatísticas do govêrno denunciam isso: entre 1955 e 1959 os lucros patronais cresceram o dôbro do que cresceram os salários e não sabemos como são feitas essas estatísticas.

COMO O GOVERNO ENFRENTOU A CRISE

Hoje os capitalistas e os seus técnicos, e assessores, e ministros parecem empenhados em esquecer o Plano Trienal. Querem sepultá-lo sem a grandiloqüência com que anunciaram seu surgimento, para que o povo não se lembre do que lhes foi prometido. Mas é preciso que o povo pague o Plano Trienal, com todos os números e frases complicadas, e faça os técnicos da burguesia engolir o que disseram ontem, com tanta sabedoria e pedantismo.



Sem tocar na estrutura econômica do país e no regime de exploração vigente, o Govêrno assegurava que: 1) teríamos uma taxa de crescimento da renda nacional competível com as expectativas de melhoria de condições de vida que motivam, na época presente, o povo brasileiro; 2) conseguiria reduzir progressivamente a pressão inflacionária; 3) criaria condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deveriam crescer com taxa pelo menos idêntica à do aumento da produtividade.

Quando dizemos que um govêrno apoiado nos grandes proprietários industriais, banqueiros e fazendeiros, e que, portanto, não se disponete a liquidar radicalmente o monopólio da terra e a exploração do imperialismo, só poderia agravar a situação, acertávamos pois. Não faltou, é claro, quem — defensores abertos ou veludos do Govêrno e do regime — nos acusasse de «catastrofistas», «negativistas», e outros adjetivos. Hoje, só está a realidade: 1 — o ritmo de crescimento que o Plano Trienal previa em 7%, 2,9% maior que o aumento da população, foi de 2,9%, menor em 0,4% que o aumento da população; 2 — a inflação, que o Plano Trienal dizia que cairia para 25% aumentou para 85%; isto, o que prometeu e o que fêz o govêrno da burguesia que se fantasia de trabalhista. Isto, o que pode e tem que fazer todo e qualquer govêrno que não derrube o poder dos grandes monopólios e proprietários de terra que sugam as nossas riquezas, gozam à larga sôbre os frutos do nosso trabalho e relegam metade do povo brasileiro à fome e à miséria.

POR QUE AUMENTAM OS PREÇOS?

«Porque os salários aumentam desabusadamente, porque há muitas greves, porque os trabalhadores não se contentam com nenhum aumento salarial, etc, etc. Esta é a ladainha que os bons burgueses procuram incutir na mente de todo mundo, através do jornal, rádio, tv, escolas e o que estiver ao seu alcance.

Mas é justamente por esconder as verdadeiras causas da inflação, por não atacar as verdadeiras causas dos aumentos desenfreados dos preços, que as classes dominantes não resolvem a crise brasileira.

Como é possível acreditar na cantilena de que os aumentos salariais é que determinam os aumentos dos preços, se os reajustes de salário sem sequer alcançam a alta dos preços? Pouco antes de conquistarem seu reajuste, no fim do ano passado, a maioria das categorias econômicas já via o custo de vida ultrapassando seus ganhos em cêrca de 80%. Nessa corrida atrás dos preços, os trabalhadores conseguiram apenas temporàriamente, e apenas em alguns setores, igualar seus salários aos preços. Onde está, então, o «aumento desabusado dos salários?

São outras, pois, as causas da inflação:

● Uma estrutura agrária arcaica, que não aproveita a maior parte da terra nacional, que diminui mesmo a produtividade dos produtos alimentares, que explora e marginaliza mais da metade da população rural, que depende dos grandes especuladores para levar chegar os alimentos às cidades.

● Uma subordinação ao capital estrangeiro, que, com suas remessas de juros, lucros, royalties, provoca uma sangria de capitais e deixa o país em permanente e crescente deficit externo.

● Uma grande indústria, que reduz seu ritmo da produção porque não haja quem precise de produtos industriais, mas porque não os satisfaz com a atual margem de lucros.

Eis o que o Govêrno deveria atacar, se quisesse mesmo resolver a crise, eliminar a inflação, promover o desenvolvimento e aproveitar nossas riquezas em benefício de todo o povo.

SALÁRIO MÓVEL E SOLUÇÃO?

Os gastos a que um trabalhador podia fazer frente, com um salário de Cr$ 40.000,00 em janeiro de 1963, exigiriam, em janeiro de 1964, um salário de Cr$ 75.000,00. Mas nem mesmo só os reajustes anuais ou semestrais resolvem, porque os preços aumentam todo mês, tôda a semana, todos os dias mesmo. Até chegar o aumento, os contra-regras sabem e o trabalhador se endivida. O aumento mensal do custo de vida está por volta de 7%, cada mês que passa o salário se desvaloriza em 7%.

Mas, quando os governantes e deputados falam em salário móvel, devemos ficar atentos para evitar novos engodos.

● Em primeiro lugar, é preciso que os reajustes sejam pouco espaçados para, de fato, acompanhar o aumento dos preços.

● Em segundo lugar, é preciso que os órgãos sindicais controlem as estatísticas governamentais, evitando falsos índices de custo de vida.

● Em terceiro lugar, é preciso que o salário móvel não seja um simples reajuste, mas que aumente também de acôrdo com o aumento da produtividade. Ou seja, que os trabalhadores desfrutem do próprio desenvolvimento, participando das riquezas que produzem. Isto não vem acontecendo, pois a participação dos salários na Despesa Global caiu de 19,5%, em 1955, para 16,2%, em 1959 de 1955 a 1959, enquanto o lucro industrial foi de 76% e a produtividade de 37%, o salário cresceu em apenas 15%.

Está claro que o salário móvel, mesmo se aplicado integralmente, não resolverá o problema central da crise brasileira. Ele não atacará as causas básicas da exploração. Procurará, apenas, minorar os efeitos danosos da inflação, sendo portanto uma medida necessária, ainda que parcial e limitada.

3 — o salário real caiu em 1963, sem sequer se pensar na participação no aumento de produtividade.

COMANDO GERAL DOS SARGENTOS SOLIDÁRIO COM OS MARINHEIROS

RIO — A ameaça de fechamento da Associação dos Marinheiros, Cabos e Fuzileiros navais está causando uma profunda intranqüilidade entre os seus membros, que estão dispostos a não se conformar cêm semelhante medida e apelam para a opinião pública em busca de um movimento de solidariedade contra a política de perseguições do ministro da Marinha e do Almirantado.

O apêlo foi atendido, primeiro, pelo Comando Geral dos Sargentos do Brasil, que, em reunião realizada durante a semana passada, assegurou aos marinheiros e fuzileiros navais o seu irrestrito apoio na luta pela defesa dos seus direitos e salientou, em sua resolução, que tôda a responsabilidade pelo futuro desenrolar dos acontecimentos cabe, doravante, ao ministro da Marinha.

Agrava-se a crise

Agrava-se dêsse modo a crise político-militar, provocada pela prisão de diretores e membros da Associação.

Conforme notícias divulgadas pelo Ministério da Marinha, seis dos marinheiros e fuzileiros navais, presos disciplinarmente serão soltos no dia 30 de janeiro. Simultâneamente, soube-se pela mesma fonte, que o inquérito policial-militar visa enquadrar 16 cabos, marinheiros e fuzileiros no artigo 114 do Código de Processo Penal, e lechar em seguida a Associação.

A Associação, por sua vez, convocou uma Assembléia Geral para o dia 1 de fevereiro, para deliberar sôbre a situação criada.

Jango procura esquivar-se

Logo ao estourar a crise, círculos políticos e militares tentaram gestões junto a Jango, em Petrópolis. O Presidente da República não teve coragem de receber uma delegação de 15 sargentos da Marinha, do Corpo dos Fuzileiros Navais, do Exército e da Aeronáutica. Encarregou o Gal. Assis Brasil da tarefa de atender a visita numa ante-sala do Palácio. A fim — decisão com que os graduados das Fôrças Armadas defenderam o seu ponto de vista, todavia, não deixou de impressionar no Palácio. Jango autorizou o Almirante Cândido Aragão a procurar o Ministro da Marinha, para "expressar-lhe a satisfação que teria o Presidente em ver solucionado o problema de outra maneira, talvez mais diplomática". Segundo o "Jornal do Brasil", o Ministro, que havia-se declarado disposto a recuar, tendo mesmo prometido que o inquérito policial-militar seria formal abandonou posteriormente a idéia, declarando-se alvo de pressões do Almirantado e considerando que não poderia desmoralizar-se perante a tropa.

Os dirigentes da Associação, que visitam as redações numa tentativa de romper o silêncio que a imprensa burguesa conserva a respeito do assunto, já deixaram claro que não têm mais esperanças nas gestões oficiais.

E a solidariedade do proletariado?

A solidariedade declarada do Comando Geral dos Sargentos, que reúne os graduados do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Corpo dos Fuzileiros Navais, reforçou decisivamente a posição da Associação. Simultâneamente, endureceu as frentes e aguçou as contradições. O que falta, até agora, aos marinheiros e fuzileiros navais é o apoio e a solidariedade declarada das entidades trabalhistas do país. Sabemos que qualquer operário de fábrica sente-se ligado, por laços indestrutíveis, aos seus irmãos que servem nas Fôrças Armadas e que lutam contra os privilégios das classes dominantes. Acontece, todavia, que as massas proletárias não estão sendo informadas da luta que está-se travando atualmente na Marinha. As entidades oficiais juntam-se ao silêncio da imprensa burguesa. Até agora, nenhum sindicato, nenhuma Federação ou Confederação, e muito menos o CGT, se pronunciaram.

Essa omissão torna-se mais grave ainda, considerando que todo o conflito surgiu em virtude do apoio e solidariedade prestados pela Associação dos Cabos, Marinheiros e fuzileiros a grevistas civis.

Apelamos para os operários para que tomem a iniciativa de manifestar, em moções e resoluções, nas fábricas, nos sindicatos e nos bairros, a sua solidariedade e o seu apoio aos marinheiros e fuzileiros presos, para que protestem contra a ameaça da dissolução da Associação, para que apoiem a luta dos nossos irmãos fardados.

A solidariedade da classe operária é indivisível.

CRISE NA PETROBRÁS LEVANTA PROBLEMA DA CO-GESTÃO OPERÁRIA

A crise que abalou a Petrobrás, na semana que passou, teve como conseqüência o afastamento dos principais implicados (o presidente da emprêsa, General Albino Silva, e dois diretores, Sra. Jairo Farias e Hugo Régis dos Reis), a fim de se submeterem a uma comissão de inquérito, e a nomeação do General Osvino Alves para presidente. O motivo principal da crise foi um acôrdo para fornecimento de petróleo pela Esso, realizado pelo presidente afastado, acôrdo que, como ficou provado, é lesivo aos interêsses da emprêsa e do país. A questão principal que ela levantou foi a da fragilidade do monopólio estatal do petróleo, quando sua execução não se encontra garantida pelas fôrças realmente interessadas na emancipação econômica do Brasil.

O acôrdo com a Esso

A Esso encaminhou, há tempos, à Petrobrás, proposta de fornecimento de 21 milhões de barris de petróleo, proveniente do Oriente Médio, pelo prazo de 5 anos e ao preço unitário de 2,08 dólares. A proposta foi recusada pelo órgão técnico competente da emprêsa — o ECOPE (Escritório de Compra de Petróleo e Derivados) — assim como pelos diretores responsáveis e pelo General Albino Silva. Motivos: o preço da mercadoria era desvantajoso, face às condições oferecidas pelo mercado mundial para contratos de tamanha envergadura; a emprêsa passaria a depender, substancialmente, do fornecimento de petróleo de regiões muito distantes, e se enfeudaria, praticamente, à Esso para atender parte de suas necessidade de refino.

Pessoalmente, entretanto, e não por intermédio dos canais normais da emprêsa, o General Albino Silva entrou em entendimentos com o truste estrangeiro, contrapropondo redução do preço para 3 anos, reservando-se a Petrobrás direito de prorrogarem por 1 ano, a preço levemente reduzido. Nestas bases, firmou o General Albino Silva um acôrdo com a Esso, que esta pode agora utilizar para forçar a Petrobrás a cumprir o contratado.

Reação Interna

Conhecida a transação, desencadeou-se dentro da emprêsa forte reação, que opôs os diretores dos órgãos responsáveis por êste tipo de operação ao General Albino Silva. Tal oposição fêz com que êste levasse ao Presidente da República sua intenção de demitir os diretores Hugo Régis dos Reis e Jairo Farias, assim como de mudar 15 chefes de órgãos da emprêsa. Tanto os diretores quanto êstes chefes foram indicados para os cargos que exercem pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás nos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (AEPERG), com apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação dêsses Estados. A decisão tomada pelo General Albino Silva deflagrou, portanto, a luta aberta, dentro da emprêsa.

Prolongamento

Em tôrno do incidente principal, o acôrdo com a Esso, cristalizaram-se novos motivos de oposição ao General Albino Silva. Um dos mais relevantes foi o fato de se haver cercado de uma côrte de elementos incompetentes, a começar por seu filho, Tenente Pimpão, a quem entregou a chefia do setor de relações públicas (ARPUB). Desde então, o setor de relações públicas da Petrobrás deixou de tratar da promoção da emprêsa, para dedicar-se a promover o General Albino. Em meio à total ineficiência do órgão, o Tenente Pimpão marcou sua presença com uma iniciativa: a instituição de um curso de belas artes às funcionárias. Paralelamente, aproveitou-se da posição que ocupava para dedicar-se a negócios escusos, que culminaram com a negociata com a Esso.

Posição do Sindicato

Dentro do clima de acusações e contra-acusações que se implantou, após a revelação do escândalo, o Presidente da República decidiu afastar os principais implicados, submetendo a questão a uma comissão de inquérito, composta por técnicos de alto nível e representantes dos órgãos de classe da emprêsa. A proposta foi aceita por êstes, a começar pelo Sindicato dos Trabalhadores, e o seu presidente, Fernando Autran, declarou, na assembléia convocada para êste fim, no dia 24, não estar em condições de julgar as denúncias apresentadas pelo General Albino contra os diretores da Petrobrás.

A assembléia sindical aceitou contraiada a proposta do Sr. Autran, no sentido de serem afastados os diretores, para pleno funcionamento da comissão de inquérito, e apresentou algumas medidas a serem incorporadas à decisão final do Sindicato. Tais medidas consistiam em delegar poderes à diretoria do Sindicato para deflagrar greve, no momento em que julgar conveniente; recomendar distribuição de cópias da ata daquela sessão aos demais organismos de classe; e bater-se pela sustação do contrato com a Esso, até a apuração final das responsabilidades.

Corrupção e Co-gestão

Encontram-se as coisas neste pé. A nomeação do Marechal Osvino Alves foi bem recebido na emprêsa e, de modo geral, pelos setores esquerdistas — que constituem, de fato, o sustentáculo político do monopólio estatal. Torna-se necessário compreender, porém, que isto não é solução. Como não constituirá solução a inculpação definitiva do General Albino Silva e a denúncia oficial do contrato com a Esso.

O problema é mais grave. Não é esta a primeira crise da emprêsa, não é a primeira vez que negociatas e empreguismo oferecem pasto farto aos setores reacionários e pró-imperialistas, interessados em destruir o monopólio. A dependência em que se encontra êste em relação aos governos burgueses-latifundiários que se sucedem no país deixa-o sempre ameaçado. A simples nomeação do General Albino, negociata notório (vide caso do arroz) e ex-chefe de polícia de Lupion, já era um atropêlo ao monopólio. E o Dr. João Goulart, que cometeu êste ato, continua na Presidência da República.

Os fatos atuais encerram uma lição: a de que o monopólio só está garantido pelo apoio dos setores da esquerda e dos trabalhadores. É necessário institucionalizar, porém, o contrôle que estas fôrças podem exercer sôbre a Petrobrás, a fim de neutralizar futuras "albinadas". A solução é a instituição da co-gestão operária na emprêsa, através da qual os trabalhadores em petróleo poderão sustentar de fato o monopólio estatal, assegurar sua plena execução e dar um basta às arremetidas dos trustes imperialistas que desejam destruí-lo.

A QUESTÃO DAS REFORMAS NA PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA

Relatório da Comissão de Assuntos Nacionais — Congresso da União dos Estudantes da Bahia, novembro de 1963.

O Brasil hoje é uma nação em desenvolvimento, onde a burguesia industrial que ascendeu ao poder em 1930, se fortalece cada vez mais, desenvolvendo uma política de aliciamento da classe operária, a qual é utilizada, como arma, para conter aquêles setores mais atrasados o latifúndio e o comércio exportador — nas suas investidas para retomar as rédeas do poder. Os choques ocorridos no país, desde 1922, giraram em tôrno da disputa pelo poder político, problema central de qualquer revolução.

Burguesia e Imperialismo

Parte das características do estágio superior do desenvolvimento capitalista é encontrada quando se examina a situação objetiva da burguesia brasileira: a) — concentração da produção e do capital, e a conseqüente formação dos monopólios;

b) — fusão do capital bancário com o industrial e a formação sôbre esta base do capital financeiro e da oligarquia financeira;

c) — formação das uniões monopolistas internacionais.

O censo industrial de 1950 (IBGE) nos informa que os grandes estabelecimentos industriais, sendo 2,1% do total, abrangem 54% dos operários e 51% da produção. Ao mesmo tempo, grandes grupos industriais estão integrados com grandes bancos ou sociedades de financiamento, enquanto se formam uniões monopolistas internacionais, com participação dos capitalistas brasileiros.

Burguesia e Latifúndio

A burguesia brasileira desenvolveu-se utilizando o apôio do próprio imperialismo, em associação com êle. Em conseqüência, o setor latifundiário exportador foi sendo cada vez mais alijado do poder, tornando-se assim o sustentáculo dos grupos de extrema direita.

O receio da radicalização das massas camponesa e a possível perda do contrôle de um movimento pela reforma agrária fazem com que a burguesia rocure ora comor-se com os latifundiários, ora empregar a fôrça contra êles, numa manobra a longo prazo de avanços e recuos, no decorrer da qual utiliza-se da classe operárias para reforçar suas posições. Contudo, esta situação não poderá perdurar, uma vez que o crescimento do proletariado urbano, o ascenso das lutas camonesas, numa época em que se acentua o descrédito no regime — e a questão dos sargentos é prova disso — colocam objetivamente o problema da mudança das classes no poder.

A questão das reformas

A urgência de uma reforma agrária que resolva o roblema de mercado para a burguesia, e afaste a perspectiva de radicalização do campesinato, e a resistência oposta pelo latifúndio levam a burguesia a tentar resolver seus problemas através da instalação de um govêrno forte, e outro significado não teve a tentativa de impor o estado de sítio: o fracasso desta manobra deveu-se ao amadurecimento da classe operária. Fracassou, assim, a tentativa de utilizá-la como massa de manobra. Este é, aliás, seu objetivo, ao dar alento à campanha por reformas de base: leva-se o povo a apoiar uma facção da classe dominante, para que ela faça reformas que não serão senão ajustamentos no sistema de exploração capitalista, no sentido de consolidá-lo.

Sendo assim, a luta pelas reformasede base deve ser conduzida de tal modo a deixar claro que as reformas que interessam ao povo ultrapassam qualitativa e quantitativamente o âmbito das reformas programadas pela burguesia. Desta maneira, será fácil desmascarar o engôdo das reformas que a burguesia venha a realizar, acelerando-se, sem solução de continuidade, o processo revolucionário. É necessário exigir as medidas que interessam ao povo, sem consideração ao fato de a burguesia estar ou não em condições de atendê-las; o povo no poder realizará aquilo que ela não pôde fazer por constituir ato de auto-destruição.

A reforma agrária que atenda aos interêsses do povo, assim como as demais reformas, não poderá ser tipo capitalista: impõe-se uma mudança das classes no poder, a fim de que se garanta a efetivação de uma reforma que inicie a implantação da propriedade coletiva no campo. Evidentemente, fatôres como tipo de cultura, a concentração da propriedade territorial, entre outros, condicionarão, acelerando ou retardando, a socialização da propriedade da terra.

Uma aliança de classe

Quando se tem em mira fazer reformas que melhorem o regime empregam-se meios adequados a tais fins. É o que tem acontecido no nosso país: a mobilização popular tem caráter imediatista e superficial. Em conseqüência, o povo é utilizado como massa de manobra de uma das facções da classe dominante, a burguesia industrial. Ao se colocar como objetivo a revolução que conduza ao socialismo, o movimento estudantil terá que empenhar-se no emprêgo dos meios adequados a tal fim: a realização efetiva da aliança operário-camponesa-estudantil é o instrumento para o aceleramento do processo revolucionário.

É tempo de realizar um trabalho planificado constante e regular no sentido de conquistar para as fôrças de esquerda os sindicatos, as ligas camponesas, as sociedades de bairro. Nesses locais, está a massa que fará a revolução; o papel do estudante, aí, será educar revolucionàriamente. A maior parte do estudantado é perdida para a revolução quando, após a formatura, encontra seu lugar na estrutura vigente. Contudo, o trabalho realizado junto às massas permanece, pois elas nunca recebem o sinal distintivo de uma situação privilegiada.

As Lutas de Classe e as Fôrças Armadas - II

Sgt. MÁRCIO PERES

A classe operária, como já vimos, é, de fato, aquela que possui maiores condições de liderar e sustentar uma luta conseqüente dentro do processo revolucionário em marcha. E' certo, porém, que os camponeses têm, e devem ter, uma participação valiosa; sem êles, seria pràticamente impossível obter-se êxito total na luta revolucionária autêntica. Contudo, os camponeses necessitam de uma aliança com os operários, para se libertar do jugo do latifúndio.

Cumpre aqui salientar que o papel histórico da classe operária, nesta luta, só poderá ser concretizado se fôr bem conduzido, se suas lideranças forem capazes, autênticas e, principalmente, honestas. A incapacidade e a incoerência das lideranças operárias determinam, quase sempre, uma estagnação, quando não um retrocesso do processo revolucionário, sem se querer dizer que haja cumplicidade ou subôrno dessas lideranças, por meio de rendosos empregos nos diversos órgãos do Govêrno. A existência de lideranças com essas características constitui-se no maior obstáculo ao avanço da classe operária.

A luta de classes, tendo por meta final a transformação do atual Estado em outro com estrutura, características, relações sociais e de produção completamente diferentes, exige posições claras, bem definidas e, principalmente, uma diretriz, um programa, uma linha de atuação que corresponda, realmente, a seus objetivos finais. Esses objetivos finais, em última análise, resumem-se na extinção das classes sociais, propiciando uma participação direta ou indireta de todos os membros da sociedade nas atividades do Estado.

Na sociedade brasileira atual, dividida em classes, com interêsses antagônicos, verifica-se que o Estado é dominado por apenas uma das classes: a burguesia, que o emprega como instrumento de defesa de seus privilégios, de seus interêsses, e como órgão de opressão contra as outras classes. Vivemos, portanto, sob a égide de um Estado Burguês, com tôdas as injustiças e discriminações que lhe são inerentes. A classe burguesa, por sua própria natureza, não pode subsistir sem as outras classes e, no entanto, cobra delas um preço muito alto pela sua existência, traduzido, muitas vêzes, na eliminação física daqueles que discordam do **statu quo** por elas criado.

Aqui, cabe uma pergunta: como pode a burguesia manter-se no poder, com todos os malefícios que traz, sendo uma classe numèricamente inferior às demais? Não é preciso muito esfôrço para se chegar à conclusão de que, a título de defender as instituições, a ordem e a lei, garantir próprios nacionais, defender a constituição e os poderes legitimamente constituídos, não se faz mais do que garantir a permanência da burguesia no poder. E' em nome disso que as Fôrças Armadas são empregadas pela burguesia contra as outras classes, contra o povo, contra o direito humano de viver condignamente dos trabalhadores.

Quando as Fôrças Armadas entram em ação para cumprir êsses mistéres, é através de seus escalões interiores, como Sargentos, cabos, soldados, marinheiros, fuzileiros navais, que as ordens dos altos comandos são executadas. Êsses militares desconhecem, ou conhecem pouco, da realidade do país, das suas estruturas e dos problemas criminosamente gerados pela própria classe burguesa e, em conseqüência, quase sempre cumprem disciplinadamente tôdas as missões. Mas estas, em essência, trazem uma enorme contradição, quando verificamos que os próprios filhos do povo, de origem proletária e camponesa, são, inconscientemente, em nome da Pátria, lançados contra seus irmãos, pais, amigos e companheiros, para defender e garantir, sem o saberem, a permanência da classe burguesa no poder, e, vale dizer, lutar contra si próprios.

Ocorre, porém, que, devido às tremendas diferenças e discriminações entre os ciclos militares, principalmente entre oficiais e praças de um modo geral, êles vão criando, aos poucos, uma consciência de classe e começam a lutar por suas reivindicações. Isto, de certo modo, contribui para aumentar seu grau de politização e, conseqüentemente, de compreensão progressiva do papel que representam dentro de uma sociedade como a nossa, dividida em classes.

As lutas reivindicatórias dos trabalhadores identificam-se, por isto mesmo, com as lutas reivindicatórias dos graduados das Fôrças Armadas e Auxiliares. Tendo êles as mesmas origens, têm os mesmos objetivos finais, dentro da dinâmica político-sócio-econômica da sociedade — e não poderia ser de modo diferente.

Dentro dêste raciocínio, não há porque desvincular os trabalhadores das reivindicações dos Sargentos, cabos, soldados e marinheiros, tornando-os apáticos e indiferentes; por outro lado, não há porque afastar êsses militares das reivindicações dos trabalhadore, uma vez que tanto as lutas reivindicatórias dêsses militares, como as lutas dos trabalhadores, resumem as fases de um processo revolucionário que culminará, inevitàvelmente, com a emancipação do povo pela revolução social.

E' exatamente nestes aspectos que se precisa ter uma noção clara do significado das lutas reivindicatórias das camadas inferiores das Fôrças Armadas e Auxiliares, que, automàticamente, se transformam em lutas de classe — uma vez que não são mais do que elementos das classes trabalhadoras deslocados para servir à burguesia no setor de sua segurança, através das armas, assim como os trabalhadores servem à burguesia através do trabalho.

(continua)

I — AS ELEIÇÕES DE ABRIL NO CHILE

Fernando Valdez, da Vanguardia Revolucionária Marxista

O Chile foi o país escolhido pelos revisionistas da América Latina para experimentar a possibilidade do caminho pacífico de conquista do poder. Espera-se a mudança do regime para êste ano, quando se realizarão eleições para Presidente da República. Em tôrno do pleito, concentram-se todos os esforços, a fim de popularizar entre as massas a idéia de que é viável conquistar o poder pacìficamente.

Para pôr em execução essa política revisionista, foi preciso frear os impulsos espontâneos das massas, que desejam uma vez ou outra lançar-se à luta violenta pelo poder. Foi preciso acusar, delatar e desprestigiar os revolucionários que impulsionam a linha insurrecional nas massas e foi preciso esconder do povo os ensinamentos da Revolução Cubana e a experiência das grandes revoluções russa e chinesa.

Ora, esta política revisionista já teve esmagadora derrota nas eleições municipais de 7 de abril do ano passado e são muito poucos os que se iludem e ainda crêem em um triunfo eleitoral para 1964. Naquelas eleições um nôvo partido da burguesia, a Democracia Cristã — fôrça de reserva do imperialismo na América Latina — obteve retumbante triunfo, ao se converter na legenda mais votada, com 22% de todo o eleitorado (452.000 votos sôbre um total de 2.000.000 de votos válidos). Os três partidos que formam a Frente de Ação Popular (FRAP) — o Partido Comunista, o Partido Socialista e o Partido Democrático Nacional (PADENA) — obtiveram, em conjunto, 29% da votação, mantendo assim, escassamente, a proporção alcançada na passada eleição presidencial (1958) e nas últimas eleições para o parlamento (1961). A frente oligárquica e pró-imperialista, formada pelo Partido Radical, o Partido Liberal e o Partido Conservador, obteve 45% da votação, perdendo 8%, que a Democracia Cristã absorveu integralmente.

E' preciso levar em consideração que dentro da FRAP há um partido da pequena burguesia — o PADENA — fortemente inclinado a unir-se com a Democracia Cristã e que controla 5% do eleitorado, podendo-se assim chegar à conclusão que o P.S. e o P.C. contam com apenas 24% do eleitorado, enquanto os partidos da reação latifundista e da burguesia representam 76% do eleitorado. (Há 4% de votos dispersos em vários partidos pequenos e grupos independentes.)

Está claro que, se separarmos as fôrças em Oposição e Govêrno — divisão que é sempre muito utilizada pelos revisionistas de todos os países — poderemos dizer que a Oposição tem 51% do eleitorado, enquanto o Govêrno só tem 45%. Mas esta divisão à margem da luta de classes não significa nada, é um puro malabarismo com números, sem sentido político sério. Os conceitos de Oposição e Govêrno só valem para os problemas mais secundários do regime burguês, só valem para os assuntos que não comprometem a estabilidade do Estado capitalista, pois, nos problemas decisivos, são as relações de classes que prevalecem. Assim é que, no Chile, se viu muitas vêzes a Democracia Cristã votar leis repressivas de Faculdades Extraordinárias contra o povo (1957) ou, então, votar, no Parlamento, leis tributárias em favor das companhias norte-americanas.

CAUSAS POLÍTICAS PROFUNDAS

Para uma compreensão cabal da importância política que têm as eleições realizadas em abril de 63, é necessário aclarar que elas se realizaram dentro das condições mais democráticas que pode conceder uma constituição burguesa a um Partido Comunista. Tanto o P.S. como o P.C. gozam de legalidade absoluta e amplas prerrogativas; em conjunto, têm mais de 40 parlamentares gozando de imunidades e cada um dêles com uma remuneração equivalente a 30 salários mínimos de um operário industrial, além de passagens gratuitas em trens e aviões, que lhes possibilitam percorrer fàcilmente todo o país. A difusão e propaganda da FRAP estão asseguradas por um jornal matutino, um vespertino e pelo menos em igualdade de condições com qualquer partido da burguesia. Uma série de modificações das um semanário, todos de circulação nacional, pondo-se leis eleitorais, efetuadas nos últimos tempos, proporcionaram maiores garantias aos partidos populares: vota-se com cédula única impressa pelo Govêrno, sendo o voto obrigatório e secreto.

Não resta dúvida, portanto, de que o resultado das eleições de abril foi uma decorrência de causas políticas profundas e não de fatos circunstanciais que se pudessem superar com mais esta ou aquela modificação do sistema eleitoral burguês em vigor.

A burguesia, que demonstrava temor ante a perspectiva da eleição presidencial de 1964, saiu fortalecida das eleições municipais e com sua confiança restaurada pois constata que, mesmo disputando o pleito dividida em duas facções, pode obter o triunfo com um homem saído de suas fileiras. Os jornais burguêses proclamam aos quatro ventos que "o povo do Chile votou contra o marxismo".

Por sua vez os revisionistas, encerrados em suas próprias plataformas políticas, que não oferecem solução alguma para o povo, começam a cair em desespêro, ao comprovar que o caminho eleitoral não lhes consegue fornecer um apôio majoritário das massas. Se, como veremos mais adiante, insistem no atual caminho, é simplesmente porque carecem da honradez política necessária para reconhecer, perante as massas, os seus erros e para assumir um papel dirigente, com uma linha política nova, uma linha insurrecional.

As eleições de abril demonstraram visìvelmente que o caminho das urnas não permite aos marxistas alcançar, dentro das condições burguesas, mais de um têrço da votação, pois há grandes massas de trabalhadores e de pequena burguesia que são mais permeáveis à propaganda demagógica dos partidos de oposição burguesa do que às promessas de socialistas e comunistas confinadas dentro do esquema eleitoral. Em outras palavras, restringindo-se a luta aos limites da linguagem eleitoral, os partidos burgueses e pequeno-burgueses — com abundância de caudilhos regionais, com uma máquina nacional para fazer favores à custa dos cofres públicos, etc. — têm mais atrativos para a massa pouco politizada do que uma aliança socialista-comunista, que fala quase que a mesma linguagem de oposição e promessas.

Securitários encerram greve mas querem Segurobrás

BELO HORIZONTE — Securitários mineiros, após 16 dias de greve, encerraram uma dura campanha salarial, voltando ao trabalho dia 20. O dissídio entre patrões e empregados foi resolvido na Justiça do Trabalho que concedeu aumento salarial à classe da ordem de 80%, mais qüinqüênio e abono. Essa decisão satisfez aos securitários que, entretanto, estavam dispostos a continuar seu movimento grevista caso a Justiça não atendesse de maneira satisfatória às reivindicações da classe. Apesar de considerarem-se atendidos em seus reclamos, os securitários ressalvam a possibilidade de deflagrar nova greve, caso os patrões — que se mostraram intransigentes no decorrer da campanha salarial — recorram da decisão em instância superior.

AVANÇO

O movimento salarial dos securitários nesse ano marcou-se por um expressivo avanço da consciência sindical e política dessa categoria de trabalhadores. Particularmente em Minas, onde a greve foi total, paralisando tôdas as emprêsas seguradoras e de capitalização do Estado, sendo sustentada com o mesmo ânimo de luta mesmo depois que os securitários da Guanabara — que estavam em greve como os mineiros — assinaram acôrdo em separado e voltaram ao trabalho.

PROLETARIZAÇÃO

Os securitários são uma das categorias mais exploradas. As emprêsas pagam salários baixíssimos: a média em Belo Horizonte era, até agora, 30.000 cruzeiros. Essa proletarização galopante levou os securitários a se radicalizarem em tôrno de suas reivindicações, colocadas que foram em têrmos de sovrevivência dos empregados em seguros. Essas radicalização, aliás, é hoje generalizada às categorias profissionais cujos componentes se encontram na «classe média», como bancários, funcionários públicos, etc. São setores profissionais que se integram a cada dia na luta emancipadora dos trabalhadores da cidade e do campo.

ENCAMPAÇÃO

Fato significativo foi a campanha desenvolvida paralelamente às reivindicações salariais para a encampação das companhias particulares de seguros e pela criação da «Segurobrás». Sofrendo diretamente a exploração impiedosa que exercem as emprêsas seguradoras, as quais operam de maneira altamente lesiva à economia do país, puderam os securitários e capitalizários denunciar à opinião pública e aos demais trabalhadores o caráter espoliativo das emprêsas de seguros e de capitalização, propondo uma solução correta para o término dos privilégios dessa categoria de tubarões — o monopólio estatal. As emprêsas seguradoras, controladas por poderosos grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros, têm detido, entre outros, o privilégio de operar até em ramos de seguros afetos a atividades da Previdência Social e que já deveriam, de há muito, encontrar-se nas mãos do Estado.

Estão de parabéns os securitários pela brilhante conquista, fruto do empenho e da decisão de luta demonstrados. À base de tais posições, sustentadas com o mesmo vigor, novas vitórias virão, certamente.

Portuários de S. Francisco do Sul defendem sindicalização

FLORIANÓPOLIS — Por mais de 30 dias, os portuários de São Francisco do Sul mantiveram-se em greve pela exigência de cumprimento do contrato de trabalho assinado com os patrões, firmados em 14/9/59, por todos os empregadores e sindicatos operários, bem como pelo representante da Delegacia do Trabalho Marítimo (DTM). Esse contrato concede ao Sindicato dos Arrumadores de São Francisco do Sul a exclusividade na execução dos trabalhos concernentes a essa categoria, fixados pela Lei 2.196 de 1954, do Congresso Nacional, e regulamentado pelo Decreto 36.025/54. Portanto, sòmente os elementos sindicalizados podem, por essa lei, executar êsses trabalhos. Isso é uma garantia dos direitos legais dos arrumadores locais, uma vez que só êstes encontram-se registrados devidamente nos canais competentes.

Ocorre porém que, a partir de 1955, algumas firmas começaram a contratar pessoal por fora, deixando de lado os operários sindicalizados. Isto lhes permite pagar ordenado que bem entendam, com os direitos legais que lhes aprouverem. Enquanto isso, ficam os operários sindicalizados sem emprêgo. Em 1956 começaram as reações por parte dos operários, com protestos e algumas greves. Mas sem nunca levar até últimas conseqüências as suas reivindicações.

AMPLIAÇÃO DA GREVE

Até que, em fins do ano passado, quando os patrões já haviam contratado 44 operários por fora, decidiram, após vários entendimentos frustrados, declararem-se em greve, até que a lei fôsse cumprida, uma vez que a sua reivindicação reduz-se a isso. Sincronizaram seu movimento com o dos marítimos, que reivindicam pagamento integral dos seus salários, já que terminam por receber apenas 17 mil cruzeiros, quando deveriam receber por volta de 35 mil cruzeiros mensais. Uma vez ligados através do Pacto de Unidade e Ação (PUA), partiram conjuntamente para a greve.

Logo após recebiam a solidariedade dos estivadores e conferentes locais, que entravam em greve. Posteriormente, a greve de solidariedade estendeu-se a Antonina, Paranaguá, Itajaí, Guanabara, com Curitiba prestes a deflagrar também a sua greve.

ATITUDE DO GOVÊRNO

O govêrno do Estado mostrou-se totalmente omisso na questão, fazendo o jôgo dos patrões, uma vez que, no próprio contrato coletivo de trabalho, havia uma cláusula que fixa penalidades para os violadores do acôrdo. Estas firmas são as seguintes: Imaribo S/A Indústria e Comércio, Marcantonio & Cia., Indústria e Comércio de Madeiras Zarling e Madeiras Marcelinense Ltda. Não punindo-as, mas procurando tergiversar sôbre o problema, o govêrno do sr. Celso Ramos defendeu um dos setôres da oligarquia que domina Santa Catarina, sob a tutela da dinastia Ramos-Konder-Bornhausen.

Ao contrário, por ordem do Governador, na último dia 31, às 11,45 hs. da noite, o Secretário da Segurança Pública, sr. Jairo de Magalhães, representante do PRP no govêrno, acompanhado do diretor do DOPS e de um major de Polícia, invadiu o Sindicato dos Arrumadores, agredindo um dos diretores, maltratando a outros e ameaçando a vida do presidente do Sindicato e do representante da Federação Nacional dos Marítimos que encontravam-se ali. Êstes tiveram que homiziar-se, passando assim três dias, até que aquelas «autoridades» decidiram retirar-se do Sindicato. O presidente do Sindicato, sr. Romualdo Pereira de Deus faz questão sempre de frisar as provocações de que tem sido vítima o Sindicato, inclusive, no episódio relatado, com metralhadoras apontadas para o prédio.

SOLIDARIEDADE

Os operários receberam o maior apoio das entidades estudantis locais, a União Catarinense dos Estudantes, a União Catarinense dos Estudantes Secundários e a Federação dos Estudantes Universitários de Santa Catarina (FEUSC), que procuraram suprir, através de diversas campanhas, as necessidades de sustento dos grevistas.

Trabalhador

POLITICA OPERÁRIA

é o seu jornal

Colaborar com "POLITICA OPERÁRIA" é garantir a existência de um órgão independente, voltado para as necessidades e aspirações da classe operária. Participe de nossa CAMPANHA DE ASSINATURAS e receberá, por cada 4 assinaturas obtidas, uma assinatura gratuita para V. ou para uma pessoa que V. indicar. Uma assinatura anual de "POLITICA OPERÁRIA" custa Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

N.B.: As importâncias arrecadadas, juntamente com o nome dos assinantes, podem ser entregues à redação, às sucursais ou aos correspondentes locais, ou remetidas diretamente à redação.

Vitoriosa primeira greve dos gráficos

BELO HORIZONTE — Na 1ª greve que fazem em 27 anos, os gráficos de Belo Horizonte paralisaram o trabalho por dois dias reivindicando aumento salarial. Após tentar estabelecer conversações com os patrões, através do sindicato, os operários em tipografias da capital mineira apelaram para o instrumento grevista, que levaram a bom têrmo, conseguindo melhoria da ordem de 90% a partir de janeiro, mais 90% em julho, sendo ainda constituída comissão paritária para examinar a adoção do quinqüênio dentro de 45 dias.

A greve começou dia 20 passado e contou com a adesão e o entusiasmo totais da classe, paralisando inteiramente as emprêsas do ramo. O comando grevista, instalado no Sindicato dos Bancários, recebeu a solidariedade de todo o movimento sindical.

Esta vitória, obtida através do grande entusiasmo e determinação da categoria, abriu caminho para novas conquistas dos operários gráficos, hoje mais confiantes nas próprias fôrças.

Correspondência

Recebemos o n. 1 de TM (Tribuna dos Moços), de Santo Amaro, Bahia, dedicado à luta salarial dos metalúrgicos da Siderúrgica e da Cobrac daquele Estado. Após explicar a proposta patronal e a reivindicação dos operários, TM apresenta uma série de ponderações, de que transcrevemos as mais relevantes.

"É vergonhoso para indústrias pesadas como de chumbo e aço, por exemplo, não possuirem siquer quadro de pessoal padronizado e, por outro lado, manter salários de 15 mil cruzeiros. O que representam para um pai de família ou mesmo solteiro, nos tempos atuais, (em que o charque custa 900 cruzeiros o quilo, a carne 550, o açúcar 130, o litro de leite 100, o quilo de arroz 200, o aluguel de casa à mercê dos proprietários), que representam 15, 20 ou 25 mil cruzeiros para um trabalhador categorizado, com profissão definida, quando se sabe que é de seu trabalho, dos seus braços, que saem o chumbo a 240 cruzeiros e o aço a 400 cruzeiros por quilo? Quando se sabe que a COBRAC chega a faturar por dia, até 10 milhões de cruzeiros, e sua fôlha de pagamentos não atinge aos 13 milhões mensais? Quando se sabe que, sòmente em medicamentos, os vales fornecidos às farmácias locais pelos operários chegam até a assombrosa quantia de 200 mil cruzeiros mensais?" E mais adiante: "O que representa para as emprêsas êsse aumento, que a despeito de suas áreas serem terrivelmente insalubres, não pagam ao operário o adicional de insalubridade prevista na legislação competente (Port. n. 262, de agôsto de 1962)?"

Recebemos manifesto da Frente Operário-Estudantil de Florianópolis, protestando junto ao Govêrno de Santa Catarina quanto ao fato de a polícia colocar-se sempre "contra o povo, em favor de grupos econômicos e marginais da Lei". O manifesto menciona a repressão policial realizada "nos diversos movimentos de reivindicação de salário dos trabalhadores, no caso dos espancamentos de estudantes em comemoração de formatura, no caso ainda do seqüestro de 3 operários da fábrica Meson em Blumenau, e em tantos outros casos". Firmam o documento Vidalvino da Rosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil; Deputado Evilásio Gaon, presidente da FMP; estudantes José Adil de Lima, Orlando Pereira, Rogério Queirós; e outros.

Floriano Dezen:

ESCALA MÓVEL NÃO EXCLUI GREVE

"Ainda que seja aprovada a Lei do Salário Móvel, os operários deverão estar sempre preparados para a greve por aumento de salários, mesmo porque, em nosso país, geralmente, as leis não são respeitadas pelos empregadores, que as interpretam como bem entendem. A máquina do Estado, burocratizada, não tem condições para enfrentar os patrões. Só os operários, realmente, é que podem defender os seus interêsses" — declarou a POLITICA OPERÁRIA o Sr. Floriano Dezen, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo e um dos principais líderes do Pacto de Ação Conjunta.

Julga o Sr. Floriano Dezen evidente que a instituição do salário móvel constitui agora uma das metas mais importantes do movimento operário. Entretanto, os diversos projetos apresentados não satisfazem os interêsses da classe, inclusive o substitutivo aprovado em primeira discussão pela Câmara Federal, de autoria do Deputado Almino Afonso.

AUMENTO INSUFICIENTE

"Por exemplo — esclareceu — o substitutivo, além dos reajustes em cada quatro meses, para compensar a alta do custo de vida — reivindicação aliás levantada na recente greve geral do PAC — prevê um aumento efetivo, de dois em dois anos, na base de 33% do aumento da renda nacional. Essa percentagem nos parece insuficiente, porque não corresponde à participação do trabalhador na construção da riqueza nacional.

"Além disso, não é justo o critério do substitutivo para fixação do salário-base que serviria ao cálculo do salário móvel. O salário-base deveria ser o resultante do último acôrdo normativo, nos diversos pontos do território nacional, acrescido da taxa de elevação do custo de vida verificada até a data de entrada em vigor da lei".

CALCULO DO AUMENTO

"A comissão que apurará a taxa de aumento do custo de vida e, conseqüentemente, fixará a taxa de aumento dos salários, deverá ser composta de trabalhadores e de técnicos idôneos e capacitados, indicados pelos órgãos sindicais. Temos no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) um órgão dêsse tipo, capaz de levantar dados estatísticos de maneira científicamente correta.

"É preciso ainda que os itens a serem levados em conta nos cálculos, sejam reduzidos àqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. O que em geral acontece é que se introduzem na pauta dos artigos consumidos pelos trabalhadores itens que contribuem para que o aumento calculado do custo de vida seja menor do que o realmente ocorrido" — concluiu o Sr. Floriano Dezen, líder sindical de grande responsabilidade, pois a categoria que preside conta 20 sindicatos e 100.000 trabalhadores.

COMUNAS POPULARES SEGUEM VITORIOSAS NA EDIFICAÇÃO SOCIALISTA

Reportagem de Armandio CAPITA

Mais de 500 000 000 de camponeses vivem organizados em 74 000 comunas populares na China, abarcando 90% das terras cultivadas e 80% da população total do país. Satisfazendo as necessidades imediatas das massas camponesas, das exigências do comércio de cereais e de matéria prima para a industrialização, auxiliando a economia nacional em seu conjunto, apesar dos três anos consecutivos de calamidades naturais, iniciadas um ano após o seu estabelecimento (em 1958), as comunas populares seguem vitoriosas no caminho da construção socialista da China.

Graças às comunas populares foi possível unir esforços e mobilizar a população camponêsa, com o objetivo de realizar grandes obras hidráulicas, de irrigação e de drenagem. Isto possibilitou o estabelecimento de emprêsas encarregadas de elaborar alimentos e de reparação ou fabricação de instrumentos, abraçando o cultivo, a silvicultura, a criação de gado, ocupações auxiliares e a pesca. Além disso fortaleceu e desenvolveu a consciência política dos camponêses, tornando-os mais coesos e decididos na luta pela transformação da agricultura e da sociedade, na atual etapa da construção socialista.

A existência dessa poderosa organização, nos terrenos político, ideológico e econômico, deve-se a sucessivas campanhas pela retificação do estilo de trabalho; à consolidação da organização e da educação socialista; ao estabelecimento da entidade de classe dos camponêses pobres e da camada inferior dos camponêses médios, como fôrças dignas de confiança; à participação constante dos quadros no trabalho coletivo; ao princípio de reger-se por normas democráticas, trabalhar com ardor e praticar economias na comuna popular.

OS TRÊS ESTÁGIOS DA AGRICULTURA

A coletivização da agricultura na China se deu de maneira gradual. Sôbre os princípios da ajuda mútua e do proveito recíproco, aliados à constante sintetização das experiências e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, e sob a direção do Partido Comunista da China, a socialização da agricultura encontrou nos camponêses, não só apoio e confiança, como também, seu principal executor. Partindo do nível de consciência das massas e dos seus anseios, junto aos interêsses de tôda a nação, passo a passo, por meio das organizações transitórias, atingiu-se a fase atual — da Comuna Popular.

Utilizando a consigna do voluntariado e procurando não substituir as atividades das massas por meio de decretos ou coação, ao contrário, com elas e sòmente com elas, conseguiu-se destruir a propriedade privada da terra e dos meios de produção, isolando os renitentes senhores feudais e contra-revolucionários, mantendo a produção numa linha ascendente e revolucionando a forma de organização.

Foi assim que, durante seis anos — anos da coletivização —, a forma de organização da agricultura sofreu três estágios.

Em 1952, após o período de restauração da economia nacional e do movimento de «terra para quem trabalha», iniciou-se o processo de coletivização da agricultura. O grupo de ajuda mútua — criado sôbre uma antigo costume dos camponêses, que se uniam temporàriamente para efetuar certas tarefas — conseguiu uma certa divisão do trabalho e alguma coletivização da terra. Mas, no fundamental, ainda se baseava na pequena propriedade e na exploração individual, embora já possuísse algumas sementes de socialismo.

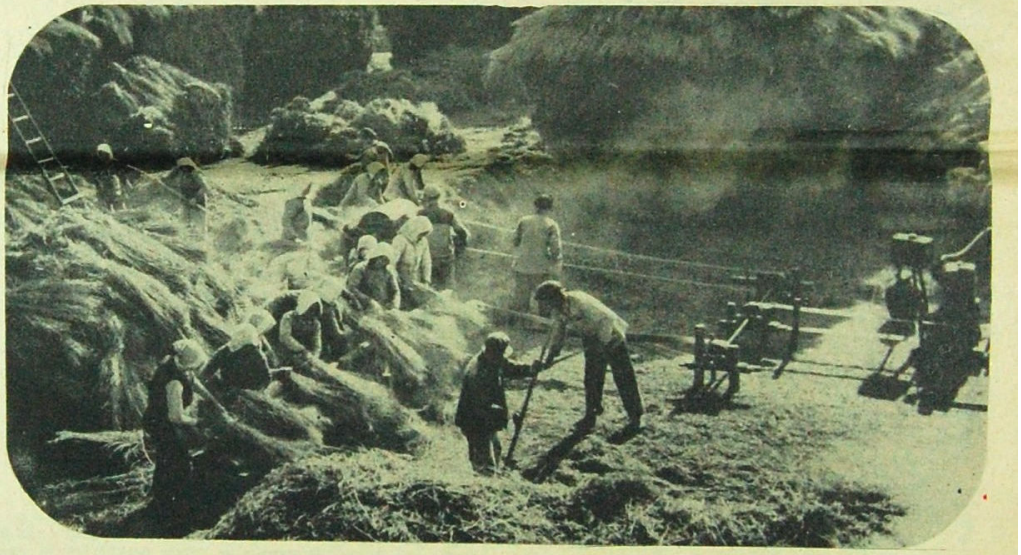
Em 1953, a coletivização da agricultura sofre um nôvo impulso como início do estabelecimento das cooperativas de produção agrícola de tipo inferior. Nestas, já se consegue centralizar a exploração e distribuição, na medida que as terras eram integradas na cooperativa. Na distribuição, parte do ingresso líquido da cooperativa era distribuído segundo a terra possuída e, a parte maior, entre os membros da cooperativa, conforme a quantidade e qualidade do trabalho. Nesta fase, conseguiu-se superar a contradição entre o trabalho coletivo e o trabalho individual. O aproveitamento nacional dos meios de produção proporcionou um aumento da produção. Esta organização se caracteriza pela sua natureza semi-socialistas, indo de 1953 a 1955.

Em 1956, em consonância com o avanço ideológico e material, proporcionado pela cooperativa de produção agrícola de tipo inferior, passou-se a outra fase de coletivização — a cooperativa de produção agrícola de tipo superior. Com esta organização, é abolida a retribuição pela extensão da terra possuída. Os meios de produção são taxados, e o valor dêstes (segundo preço de custo), parceladamente amortizarão a quota de ingresso na cooperativa, sendo assim tornados propriedade coletiva. Descontados o custo de produção, os gastos de administração, o fundo da reserva, o fundo de bem-estar público e o impôsto agrícola, os ingressos da cooperativa são distribuídos segundo o princípio socialista de «a cada um segundo seu trabalho; a mais trabalho, maior remuneração». A subsistência dos desamparados, inválidos ou carentes de fôrça de trabalho é assegurada pelo fundo de bem-estar público. Ainda por êste mesmo fundo, é distribuído subsídio aos que tinham responsabilidade com a família, quando estas não tinham muitas pessoas com capacidade de trabalho. Tal fase da transformação socialista da agricultura encontrou pleno apoio dos camponêses e de todos os setores sociais, caracterizando-se por sua natureza socialista.

SURGEM AS COMUNAS

Já há algum tempo, vinha-se observando que certas cooperativas de tipo superior uniam seus esforços para realizar obras de grande vulto, como represas, canais de irrigação e drenagem, bem como emprêsas dedicadas a atividades de grande monta e à diversificação da economia. Essas experiências das massas foram genialmente sintetizadas pelo PCCh, sob a direção do Presidente Mao Tse-Tung. Em 1958, começou-se com alguns exemplos isolados, a título de experiência, a colocar em práticas nova forma de organização coletiva da agricultura.

As comunas ampliaram de muito as possibilidades de desenvolvimento da agricultura e das condições materiais das grandes massas camponesas.



A socialização encontrou nos camponeses, não só apoio e confiança, mas também seu principal executor.

Essas primeiras comunas alcançaram imediatamente os êxitos esperados. De tal maneira foi evidenciada a superioridade desta organização sôbre a anterior que, no mesmo ano, já havia cêrca de 70 000 comunas, estendendo-se pela quase totalidade da população camponêsa.

Geralmente as comunas populares se dividem em brigadas, que, por sua vez, se subdividem em equipes d produção; outras, mnores, dividem-se diretamente em equipes. Na maioria dos casos, os meios de produção pertencem às equipes, em cutras, menores, dividem-se diretamente em equipes. Na maioria populares. Paralelamente, a direção das atividades e distribuição dos ingressos cabem às equipes, às vêzes às brigadas e, em casos isolados, às comunas. É permitido aos membros das comunas populares cultivar certa quantidade de terra para utilização pessoal, criar porcos, galinhas, etc., exercer ocupações auxiliares, na medida em que seja um complemento da economia coletiva e que não a entorpeça.

A existência das comunas ampliou de muito as possibilidades de desenvolvimento da agricultura e das condições materiais das grandes massas camponêsas. Possibilitou a planificação do trabalho e organização da mão de obra para fazer trabalhos de grande envergadura, organizar a cooperação entre brigadas ou equipes, estabelecer e manter emprêsas que estejam fora do alcance material das brigadas ou equipes. Juntamente com a coletivização da agricultura estimulou-se a criação de cooperativas de abastecimento, venda e crédito, impedindo assim o desenvolvimento das fôrças espontâneas de tendência capitalista, manifestas na especulação comercial e atividades usurárias.

Os imperialistas e reacionários vêm desencadeando, lançando mão de todos os meios, desde a formação das comunas, uma campanha mentirosa, tentando desacreditar a significação da estrondosa vitória das comunas populares, hoje firmemente defendida pela bagatela de 500 000 000 de camponêses da China e por tôda sua população. Não há porque nos espantarmos. É o papel histórico do imperialismo e de todos os reacionários.

O que nos causa estranheza é que, a êste côro de mentiras, juntem-se pessoas que, pela sua atividade e organização, estão ligados à luta do proletariado e ao princípio do internacionalismo proletário. O que será isto? Estão desempenhando o seu papel histórico ou é ignorância? Ou será que estão «mal» informadas?

A ambos o glorioso povo chinês responde com a realidade das Comunas Populares, mais sólidas e firmes do que nunca — e seguirá sendo para o futuro! A ambos a realidade informa que a transformação socialista da agricultura na China não se abalou nem um pouco com estas manobras claras ou excusas.

UMA AGRICULTURA SOCIALISTA

Após a primeira etapa da transformação socialista da agricultura, cabe vencer a segunda, a da mecanização e eletrificação. Esta, sôbre a base da coletivização da agricultura.

Devido a condições específicas da China, à sua indústria pouco desenvolvida, o coletivização antecedeu a revolução da técnica na agricultura. Mas era necessário que assim fôsse feito. Era correto esperar que a indústria tivesse condições para fabricar máquinas para a agricultura? Ou era necessário satisfazer as exigências da industrialização do país na medida em que os camponêses se organizassem para aumentar a produtividade do trabalho, para desenvolver a produção agrícola e abastecer de cereais o comércio e de matérias primas a indústria? Dever-se-ia relegar para segundo plano a iminência do desenvolvimento de tendências capitalistas no campo (sabemos que onde o socialismo não se impõe, deixa caminho aberto ao capitalismo)? E o melhoramento das condições de vida das massas camponêses?

Mais uma vez, os dirigentes do Partido Comunista da China e seu líder, Mao Tse-Tung, souberam conduzir o povo, em perfeita consonância com os anseios dos camponeses e de todos os setores sociais da China pelo caminho justo e revolucionário. Na prática foi comprovada tôda a conseqüência da linha seguida.

Hoje diversos ramos da indústria se adaptam de acôrdo com a política de fazer da agricultura a base da economia nacional. E esperam que, dentro de duas dezenas de anos, terão atingido uma agricultura socialista, modernizada e grandiosa.

POLÍTICA OPERÁRIA